

CRISE DOS MERCADOS

Autoridades americanas reiteram apoio ao Brasil

201
Para o secretário do Tesouro, o País tem dado 'passos largos' nas reformas econômicas

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Robert Rubin, afirmou na quarta-feira à noite que o Brasil "é obviamente de enorme importância para os EUA" e que tem dado "passos largos" nas reformas econômicas. Rubin afirmou ainda que é favorável a que os EUA estendam crédito ao Brasil e frisou que a comunidade internacional tem papel importante na ajuda ao País. Rubin afirmou ainda, enfaticamente, que a política cambial dos EUA continua igual.

Perguntado sobre se os EUA continuavam a apoiar o dólar forte ante o iene, Rubin disse: "Nossa política cambial não mudou a respeito do dólar, ponto final."

O vice-secretário do Tesouro dos EUA, Lawrence Summers, também reiterou o apoio do governo dos EUA ao Brasil em entrevista concedida ontem, após participar de seminário do instituto Cato, em Washington. Summers negou-se a oferecer detalhes sobre o pacote de ajuda financeira do Brasil, quando questionado sobre o assunto. "Como você sabe, os brasileiros estão em negociações ativas em relação a seus planos", disse Summers. "Como o presidente Clinton e o secretário Rubin já deixaram claro, os EUA, em trabalho com a comunidade internacional, querem muito oferecer seu apoio", acrescentou.

O diretor do departamento da Ásia e Pacífico do Fundo Monetário Internacional (FMI), Hubert Neiss, admitiu ontem que "há alguma mérito" na crítica feita contra a receita recessiva que a instituição usou para tentar conter o vendaval financeiro que devastou as economias da Coreia do Sul, da Indonésia, da Tailândia, a partir do ano passado, e desencadeou a crise global que hoje ameaça o Brasil e a

América Latina. "Com taxas de juros mais baixas, argumenta-se também que a política fiscal deveria ter sido mais expansionista no início do programa", disse Neiss, numa referência a críticas feitas ao FMI pelo economista-chefe do Banco Mundial, Joseph Stiglitz. "Essas propostas têm algum mérito", afirmou Neiss, falando numa conferência organizado no Cato Institute.

As declarações do alto-funcionário do FMI, que conduziu pessoalmente as negociações com os governos asiáticos, são a mais recente autocrítica pública que a instituição fez sobre seu desempenho na crise asiática. Elas podem ter efeitos contraditórios na negociação do apoio do FMI ao Brasil — a próxima operação em que a instituição se envolverá para tentar conter o contágio da crise. Por um lado, o reconhecimento de que o Fundo errou a mão na Ásia dará mais espaço para os negociadores brasileiros convencerem os técnicos da organização sobre as medidas que eles, que estão com a mão na massa, consideram realistas e factíveis para assegurar a execução das metas de ajuste fiscal, já acertadas e anunciadas no início da semana.

Ao mesmo tempo, as declarações de Neiss podem criar falsas expectativas de que o FMI seria leniente no acordo com o Brasil e aumentar as dificuldades que o presidente Fernando Henrique Cardoso terá para negociar com o Congresso o apoio político para o programa econômico, na medida em que elas assinalam uma disposição de tornar mais flexível a receita de política fiscal e monetária que, no caso do acordo do Brasil com o FMI, só existe como meta. O reconhecimento de Neiss de que o Fundo deveria ter mudado sua receita na Ásia deriva da constatação tardia pelos técnicos do FMI de que o problema na Coreia do Sul, a Tailândia e a Indonésia não era fiscal, ape-

sar de seus sistemas econômicos corrompidos pelo clientelismo.

Não é o caso do Brasil. Como afirmam repetidamente os membros da equipe econômica do governo, a natureza do problema que amarra o País e o tornou especialmente vulnerável à crise global é essencialmente fiscal. E as autoridades brasileiras e os dirigentes do Fundo concordam num ponto: o sucesso do programa econômico e da reversão do contágio da crise dependerá do rigor com que forem executadas as metas fiscais.

A discussão reaberta por Neiss ocorre num momento crucial da negociação das medidas domésticas que permitirão o acordo com o FMI. O vice-diretor gerente da instituição, Stanley Fischer, adiantou ontem, numa conferência em Buenos Aires, que o FMI deverá entrar com cerca de US\$ 15 bilhões na linha de crédito que a comunidade financeira está montando em apoio ao programa de mudança estrutural do regime fiscal brasileiro.

O Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que também farão aportes importantes para essa linha de crédito, deverão calibrar sua participação para proteger os programas sociais que já apóiam no País e garantir sua continuidade, principalmente nas áreas de educação e saúde. Esses programas geralmente sofrem com as políticas de austeridade. Contrariado com o papel de caixa automático do sistema financeiro oficial a que o Bird foi reduzido nas fracassadas tentativas de conter a crise na Ásia, o presidente da instituição, James Wolfensohn, deixou claro há duas semanas, em sua última entrevista coletiva, que o Bird reafirmará sua missão tradicional de promotor do desenvolvimento na operação de apoio ao Brasil, aumentando sua contribuição para os programas na área social. (Com Agência Estado)

ALTO
FUNCIONÁRIO
DO FMI ADMITE
ERRO NA ÁSIA